

**APROVA O PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS
(POCAL), DEFININDO-SE OS PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS E CONTABILÍSTICOS E OS
DE CONTROLO INTERNO, AS REGRAS PREVISIONAIS, OS CRITÉRIOS DE
VALORIMETRIA, O BALANÇO, A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, BEM ASSIM
OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS E OS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro

Com as alterações introduzidas por: Lei n.º 162/99; Decreto-Lei n.º 315/2000; Decreto-Lei n.º 84-A/2002; Lei n.º 60-A/2005; Decreto-Lei n.º 192/2015; Lei n.º 114/2017.

Índice

– Ato 📄

- [Artigo 1.º](#) *Aprovação*
- [Artigo 2.º](#) *Âmbito de aplicação*
- [Artigo 3.º](#) *Objecto*
- [Artigo 4.º](#) *Publicidade*
- [Artigo 5.º](#) *Apoio técnico e acções de formação* **ALTERADO**
- [Artigo 6.º](#) *Acompanhamento das finanças locais*
- [Artigo 7.º](#) *Elementos a fornecer ao Instituto Nacional de Estatística*
- [Artigo 8.º](#) *Elementos a fornecer à Direcção-Geral do Orçamento* **ALTERADO**
- [Artigo 9.º](#) *Unidade monetária* **ALTERADO**
- [Artigo 10.º](#) *Fases de implementação* **ALTERADO**
- [Artigo 11.º](#) *Regiões Autónomas* **ALTERADO**
- [Artigo 12.º](#) *Norma revogatória* **ALTERADO**
- [Artigo 13.º](#) *Entrada em vigor*

**APROVA O PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS
(POCAL), DEFININDO-SE OS PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS E CONTABILÍSTICOS E OS
DE CONTROLO INTERNO, AS REGRAS PREVISIONAIS, OS CRITÉRIOS DE
VALORIMETRIA, O BALANÇO, A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, BEM ASSIM
OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS E OS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA

**Decreto-Lei n.º 54-A/99
de 22 de fevereiro**

**Aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), definindo-se os princípios
orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de
valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, bem assim os documentos previsionais e os de
prestação de contas**

O presente diploma aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o qual consubstancia a reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da administração autárquica.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais consiste na adaptação das regras do Plano Oficial de Contabilidade Pública à administração local, tal como é previsto no artigo 6.º, n.º 2, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

Esta reforma da contabilidade autárquica foi iniciada pelo Decreto-Lei n.º 243/79, de 25 de Julho, que veio uniformizar a contabilidade das autarquias locais com a dos serviços públicos, sujeitos à então lei de enquadramento do Orçamento do Estado. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de Julho, aperfeiçoa o sistema instituído e introduz a obrigatoriedade de elaboração, aprovação e execução do plano de actividades e da utilização de uma classificação funcional para as despesas. Em complemento deste diploma, o Decreto Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de Dezembro, institucionaliza na administração autárquica um sistema contabilístico, definindo as normas de execução da contabilidade das autarquias locais.

Todavia, as preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das actividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, exige um conhecimento integral e exacto da composição do património autárquico e do contributo deste para o desenvolvimento das comunidades locais.

Na senda desses objectivos, antecedeu o presente diploma o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 226/93, de 22 de Junho, para a contabilidade dos serviços municipalizados, que adaptou o Plano Oficial de Contabilidade à organização da informação patrimonial e financeira daqueles serviços.

Finalmente, com a publicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) - Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro - veio estabelecer-se o instrumento de enquadramento indispensável a um moderno sistema de contas em toda a Administração Pública, cuja adaptação à contabilidade das autarquias locais está prevista não só naquele diploma, mas também na Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

Assim, o principal objectivo do POCAL, aprovado pelo presente diploma, é a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais e permita:

- a) O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspectiva de caixa e de compromissos;
- b) O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- c) Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCP, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efectivação dos pagamentos e recebimentos;
- d) Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;
- e) Uma melhor uniformização de critérios de previsão, com o estabelecimento de regras para a elaboração do orçamento, em particular no que respeita à previsão das principais receitas, bem como das despesas mais relevantes das autarquias locais;

**APROVA O PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS
(POCAL), DEFININDO-SE OS PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS E CONTABILÍSTICOS E OS
DE CONTROLO INTERNO, AS REGRAS PREVISIONAIS, OS CRITÉRIOS DE
VALORIMETRIA, O BALANÇO, A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, BEM ASSIM
OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS E OS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA

f) A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;

g) A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.

O presente diploma define o regime de contabilidade autárquica a que passam a ficar sujeitos os municípios, as freguesias, as associações de municípios e de freguesias de direito público e ainda as áreas metropolitanas e todas as entidades que, por lei, estão sujeitas ao regime de contabilidade das autarquias locais.

Os serviços municipalizados, enquanto parte da estrutura municipal, passam a aplicar este diploma, tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro. Deste modo, estabelece-se pela primeira vez a possibilidade de os órgãos municipais tomarem decisões a partir de documentos previsionais e de prestação de contas uniformes, elaborados segundo métodos e procedimentos comuns, nomeadamente no que respeita à determinação do valor das tarifas e preços.

Contudo, as atribuições das freguesias e as competências dos seus órgãos, bem como a diversidade de dimensão populacional das cerca de 4300 existentes, levaram a considerar sistemas contabilísticos distintos, ajustados às realidades próprias destas autarquias locais.

Finalmente, são estabelecidas as fases para a implementação deste regime contabilístico para autarquias locais.

Trata-se de uma importante medida no plano da gestão financeira das autarquias locais e, por se basear na aplicação dos princípios do POCP, permite dar uma visão de conjunto dos entes estaduais. Tal como é afirmado na Lei n.º 42/98, visa-se a uniformização, normalização e simplificação da contabilidade.

O projecto foi objecto de parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Associação Nacional de Freguesias e da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Notas:

[Lei n.º 114/2017 - Diário da República n.º 249/2017, Série I de 2017-12-29](#) Em 2018, são repristinados o n.º 1 do ponto 2.3, na parte referente à elaboração das Grandes Opções do Plano, os n.os 3 a 6 do ponto 2.3 e o ponto 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado em anexo ao Decreto -Lei n.º 54 - A/99, de 14 de setembro, revogado pelo Decreto -Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

[Artigo 17.º, Decreto-Lei n.º 192/2015 - Diário da República n.º 178/2015, Série I de 2015-09-11](#) É revogado o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

Artigo 1.º

Aprovação

É aprovado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 - O POCAL é obrigatoriamente aplicável a todas as autarquias locais e entidades equiparadas.

**APROVA O PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS
(POCAL), DEFININDO-SE OS PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS E CONTABILÍSTICOS E OS
DE CONTROLO INTERNO, AS REGRAS PREVISIONAIS, OS CRITÉRIOS DE
VALORIMETRIA, O BALANÇO, A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, BEM ASSIM
OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS E OS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA

2 - Para efeitos do presente diploma são consideradas entidades equiparadas a autarquias locais as áreas metropolitanas, as assembleias distritais, as associações de freguesias e de municípios de direito público, bem como as entidades que, por lei, estão sujeitas ao regime de contabilidade das autarquias locais, as quais, na economia do diploma, passam a ser designadas por autarquias locais.

Artigo 3.º

Objecto

A contabilidade das autarquias locais compreende as considerações técnicas, os princípios e regras contabilísticos, os critérios de valorimetria, os documentos previsionais, o plano de contas, o sistema contabilístico e o de controlo interno, os documentos de prestação de contas e os critérios e métodos específicos.

Artigo 4.º

Publicidade

As autarquias locais dão publicidade, até 30 dias após a apreciação e aprovação pelo órgão deliberativo, dos seguintes documentos:

- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Fluxos de caixa;
- d) Balanço, quando aplicável;
- e) Demonstração de resultados, quando aplicável;
- f) Relatório de gestão.

Artigo 5.º

Apoio técnico e acções de formação

- 1 - O Governo promove as acções indispensáveis ao apoio na execução das disposições constantes do presente diploma.
- 2 - Os organismos da administração central que, nos termos da lei, dão apoio técnico e jurídico às autarquias locais promovem as acções de formação e informação do pessoal da administração local necessárias para a implementação do POCAL.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 162/99](#) - Diário da República n.º 215/1999, Série I-A de 1999-09-14, em vigor a partir de 1999-09-19

Artigo 6.º

Acompanhamento das finanças locais

- 1 - As autarquias locais remetem às comissões de coordenação regional respectivas, até 30 dias após a sua aprovação e independentemente da apreciação pelo órgão deliberativo, cópia dos seguintes documentos, quando aplicável:
 - a) Plano plurianual de investimentos;

**APROVA O PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS
(POCAL), DEFININDO-SE OS PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS E CONTABILÍSTICOS E OS
DE CONTROLO INTERNO, AS REGRAS PREVISIONAIS, OS CRITÉRIOS DE
VALORIMETRIA, O BALANÇO, A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, BEM ASSIM
OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS E OS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA

- b) Orçamento;
- c) Execução anual do plano plurianual de investimentos;
- d) Mapas de execução orçamental;
- e) Balanço;
- f) Demonstração de resultados;
- g) Anexos às demonstrações financeiras.

2 - Quando alguma das autarquias locais abranja uma área territorial compreendida na área de actuação de mais de uma comissão de coordenação regional, a remessa dos respectivos documentos é efectuada para a comissão de coordenação regional em cuja área se localizar a respectiva sede.

3 - As comissões de coordenação regional remetem à Direcção-Geral da Administração Autárquica o tratamento dos documentos referidos no n.º 1 para efeitos de análise global da situação financeira das autarquias locais e estudo prospectivo das finanças locais.

4 - O tratamento dos documentos de prestação de contas referido no n.º 3 obedece a critérios e regras a definir em despacho do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Artigo 7.º

Elementos a fornecer ao Instituto Nacional de Estatística

Os documentos de prestação de contas são remetidos ao Instituto Nacional de Estatística até 30 dias após a sua aprovação.

Artigo 8.º

Elementos a fornecer à Direcção-Geral do Orçamento

1 - Com o fim de permitir uma informação consolidada do conjunto do sector das administrações públicas, os municípios devem remeter à Direcção-Geral do Orçamento os seus orçamentos e contas trimestrais nos 30 dias subsequentes respectivamente à sua aprovação e ao período a que respeitam, bem como a sua conta anual depois de aprovada.

2 - A informação a prestar nos termos do número anterior deve ser remetida por ficheiro constante da aplicação informática definida e fornecida pela Direcção-Geral do Orçamento.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 104.º do/a [Lei n.º 60-A/2005 - Diário da República n.º 250/2005, 1º Suplemento, Série I-A de 2005-12-30](#), em vigor a partir de 2006-01-01

Artigo 9.º

Unidade monetária

À elaboração da contabilidade aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 138/98, de 16 de Maio, que estabelece regras de contabilização a observar no processo de transição para o euro.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 162/99 - Diário da República n.º 215/1999, Série I-A de 1999-09-14](#), em vigor a partir de 1999-09-19

**APROVA O PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS
(POCAL), DEFININDO-SE OS PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS E CONTABILÍSTICOS E OS
DE CONTROLO INTERNO, AS REGRAS PREVISIONAIS, OS CRITÉRIOS DE
VALORIMETRIA, O BALANÇO, A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, BEM ASSIM
OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS E OS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA

Artigo 10.º

Fases de implementação

- 1 - Durante um período transitório, que durará até 1 de Janeiro de 2002, as autarquias locais podem optar entre a aplicação do regime contabilístico anterior e o aprovado pelo presente diploma na elaboração das contas e documentos de gestão.
- 2 - Até à data referida no número anterior devem ser elaborados e aprovados o inventário e respectiva avaliação, bem como o balanço inicial, os documentos previsionais e o sistema de controlo interno.
- 3 - As autarquias locais que deliberem aplicar desde já o POCAL devem previamente elaborar e aprovar os documentos referidos no número anterior, podendo, durante o período transitório, optar pela elaboração do plano de actividades referido no Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de Julho, ou do plano plurianual de investimentos previsto no POCAL.
- 4 - A elaboração das contas das autarquias locais segundo o Plano aprovado pelo presente diploma é obrigatória a partir do exercício relativo ao ano de 2002.

Alterações

Alterado pelo/a [Decreto-Lei n.º 315/2000 - Diário da República n.º 278/2000, Série I-A de 2000-12-02](#), em vigor a partir de 2000-12-07

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 162/99 - Diário da República n.º 215/1999, Série I-A de 1999-09-14](#), em vigor a partir de 1999-09-19

Artigo 11.º

Regiões Autónomas

O disposto no presente diploma aplica-se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com as necessárias adaptações.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 162/99 - Diário da República n.º 215/1999, Série I-A de 1999-09-14](#), em vigor a partir de 1999-09-19

Artigo 12.º

Norma revogatória

Sem prejuízo do disposto no artigo 10.º, são revogados, a partir do dia 1 de Janeiro de 2002, os Decretos-Leis n.os 341/83 e 226/93, de 21 de Julho e de 22 de Junho, respectivamente, e o Decreto Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de Dezembro.

Alterações

Alterado pelo/a [Decreto-Lei n.º 315/2000 - Diário da República n.º 278/2000, Série I-A de 2000-12-02](#), em vigor a partir de 2000-12-07

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 162/99 - Diário da República n.º 215/1999, Série I-A de 1999-09-14](#), em vigor a partir de 1999-09-19

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

A versão consolidada não tem valor legal e não substitui a consulta dos atos que deram origem a esta consolidação.